



GT03. Brasil não-metropolitano: temporalidades e espacialidades urbanas.

INDUSTRIALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: UM OLHAR PARA FEIRA DE SANTANA/BA

Jacqueline Bastos

Mestra em Planejamento Territorial – PLANTERR/UEFS

Jacquelineuefs2015@gmail.com

RESUMO: É importante compreender que nem toda cidade que possui uma indústria passa e/ou passou por um processo de mudanças amplas. A industrialização é o crescimento da atividade industrial, com forças produtivas, que articulam atividades diferentes e que possui relações com várias empresas voltadas à produção de máquinas, à ampliação da tecnologia, o que provoca transformações na economia de um dado território. Sendo assim, o objetivo do artigo é verificar os impactos que ocorreram ao longo dos últimos anos no entorno da BR-324 e BA-502, tendo como base as instalações das indústrias/fábricas e a reestruturação produtiva do capital. Foram realizadas visitas de campo, análise de imagens de satélite, pesquisas no site da Federação das indústrias do estado da Bahia (FIEB). Por fim, foram criados mapas de localização e vetorização das indústrias da BR-324 e BA-502.

Palavras-chave: Indústria, reestruturação produtiva, influência, modificações.

INTRODUÇÃO

A industrialização tem ligação direta com a urbanização, visto que esse processo industrial ocasionou avanços técnicos no desenvolvimento do capitalismo e marcou uma nova relação entre a sociedade e natureza, como uma forma dominante de uma produção do espaço, de acordo com Sposito (1999). É importante compreender que o termo “urbanização” não deve levar em consideração apenas a migração da população do campo para cidade, pois há outros fatores que influenciam no processo. Segundo Sposito (1999, p.50), “[...]o desenvolvimento do capitalismo industrial provocou fortes transformações nos moldes da

urbanização, no que se refere ao papel desempenhado pelas cidades, e na estrutura interna destas cidades”.

Sobre o conceito de indústria, Kon (1994) complementa o que já foi dito e permite refletir como quão complexa é a atividade industrial, pois “[...] constitui um conjunto de firmas que elaboram produtos idênticos ou semelhantes quanto à constituição física ou ainda baseada na mesma matéria-prima, de modo que podem ser tratadas analiticamente em conjunto” (Kon, p. 3, 1994). Sendo assim, a indústria seria a modificação da matéria-prima em grande escala, para criação de novos objetos, idênticos ou não, que advêm do mesmo local de origem.

A localização industrial passou a ter grande importância para a atração dos investidores. Houve a expansão de parte das atividades industriais para áreas antes marginalizadas ou subutilizadas no processo de acumulação capitalista. É através da indústria, mas não apenas dela, que ocorre a inserção em grande escala do capital no local onde é instalada, por ser a materialização da reprodução do capital, que procura sempre locais estratégicos que possam gerar muitos lucros, e também fragmenta e descentraliza a malha urbana, ao passo que a sociedade é por ela influenciada (Santos, Carvalho, 2011).

A reestruturação produtiva provocou a relativa desconcentração industrial, o que resultou, também, em modificações na urbanização e gerou alterações nos papéis que as cidades anteriormente desempenhavam na rede urbana, e acarretou a reestruturação da própria rede urbana, pois as cidades passaram a exercer novos papéis, sendo o “[...] produto e determinante do regime de acumulação flexível” (Santos, 2008, p. 64). Também provocou a criação de novas relações tempo-espço, a qual se refere ao espaço intraurbano das metrópoles, mas também em algumas cidades médias e cidades pequenas, sendo notórias as mudanças geradas na contemporaneidade e que influenciam diretamente a reprodução da vida cotidiana.

Ao longo do processo de reestruturação industrial os empresários buscaram locais estratégicos para implantar suas indústrias, visando sempre benefícios para maiores lucros, como a mão de obra qualificada e barata, assim como os incentivos fiscais, que eram um grande determinador da localização industrial, tudo isso dentro de um projeto econômico e principalmente político (Botelho 2000).

Feira de Santana é o segundo maior município, em população da Bahia. Localiza-se no Território de Identidade Portal do Sertão, que contém 17 municípios (mapa 1). Está entre dois

domínios morfoclimáticos, a caatinga e mares de morro, e contém uma população em 2022 de 616.272 mil habitantes, com uma área territorial de 1.304,425 km², uma região plana, de acordo com o IBGE (2023).

Com a concentração de indústrias em Feira de Santana, é notório que a BR-324, sentido Feira-Salvador, e a BA-502, onde se localiza o CIS, têm sido o novo enfoque para instalações de indústrias multinacionais e internacionais, sendo exemplos a Nestlé, Pepisco, Pirelli, AMBEV, Belgo Bekaert (nas duas rodovias), Mauriceia, Vonder, Cervejaria Itaipava, Mirasol, G-Light, Coca-cola, Biscoitos Itália, Seara, Klabin S.A, dentre outras, sendo que, aproximadamente, 60 indústrias estão instaladas e em funcionamento.

Outro interesse das instalações de indústrias na BR-324, uma rodovia com fluxo intermunicipal significativo, se dá por possuírem uma lógica estratégica de organização espacial com a formação desse novo Centro Industrial, sendo de total importância como facilitador do escoamento dos produtos.

Apesar de possuir características e infraestrutura parecidas quando da instalação do CIS, para Bastos (2020), elas ainda não possuem a importância econômica para o município, conforme expectativas geradas na década de 1970. Novas interações espaciais permitem que essas empresas articulem a cidade de Feira de Santana a outros espaços na rede urbana, no contexto do ciclo de reprodução do capital. Ademais, a reestruturação produtiva provocou novas relações tempo-espaço e influencia na localização e funcionalidade das indústrias no contexto atual.

Sendo assim, o objetivo do artigo é verificar os impactos que ocorreram ao longo dos últimos anos no entorno da BR-324 e BA-502, tendo como base as instalações das indústrias/fábricas e a reestruturação produtiva do capital.

Para realização deste texto foram necessárias: pesquisa bibliográfica sobre os principais conceitos que envolvem os temas industrialização, distritos industriais e a reestruturação produtiva, ligada à localização das indústrias.

Para análise empírica da área de estudo, foram realizadas visitas de campo, com o uso de diário, para coletar dados das indústrias referentes às localizações e tamanhos, análise de imagens de satélite para localizar todas as indústrias instaladas na cidade, através de dados fornecidos pela Federação das Indústrias do estado da Bahia (FIEB). E foi montado um banco de dados no Excel sobre as indústrias que atualmente estão em funcionamento, bem como a elaboração de mapas de localização e vetorização das indústrias na BR-324 e BA-502, com a

utilização do software do QGIS.

FORMAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE INDÚSTRIAS EM FEIRA DE SANTANA/BA

Ao tratar de industrialização, o tema liga-se diretamente à indústria. Porém, é importante compreender que nem toda cidade que possui uma indústria passa e/ou passou por um processo de mudanças amplas. A industrialização é o crescimento da atividade industrial, com forças produtivas, que articulam atividades diferentes e que possui relações com várias empresas voltadas à produção de máquinas, à ampliação da tecnologia, o que provoca transformações na economia de um dado território.

Sposito (1999, p.42) traz o conceito de indústria na perspectiva de que a “expressão [...] traduz, no seu sentido mais amplo, o conjunto de atividades humanas que têm por objeto a produção de mercadorias, através da transformação dos produtos da natureza”. Assim, não estaria voltada apenas para manuseamento de máquinas, mas aos trabalhos manuais também, a exemplo do artesanato. Há uma discussão que associa a industrialização como uma mudança econômica, “[...] um processo mais amplo, que marca a chamada Idade Contemporânea, e que se caracteriza pelo predomínio da atividade industrial sobre as outras atividades econômicas” (Sposito, 1999, p. 43).

Apesar das indústrias localizar-se em pontos específicos e estratégicos, os locais não estão soltos no espaço, pois possuem o poder de articular e integrar todo o mercado internacional, além da divisão social e espacial do trabalho. As indústrias estão interligadas e ultrapassam os limites do “espaço próximo”. Com o grande aparato tecnológico, houve inter-relação com lugares mais amplos, nos quais os limites seriam apenas aqueles do globo terrestre. (Carlos, 2000).

O ápice da industrialização mundial ocorreu na Inglaterra, na segunda metade do século XVIII, por ser um país que possuía capital suficiente para a instalação de indústrias. Também, um solo rico, com concentração de carvão mineral, que, naquele período, era a principal e eficaz fonte de energia para manter as máquinas, bem como a mão de obra barata, o que era muito importante para o desenvolvimento industrial. Com isso, a Inglaterra se tornou uma grande potência econômica internacional, na época (Mendes. 2006).

Segundo Becker e Egler (1998), o Brasil só se tornou uma potência regional da América do Sul no fim dos anos 1960, sendo ainda caracterizado como uma semiperiferia.

Esses mesmos autores retratam que o país passou por três fases antes de ser incorporados na economia mundial: o de Colônia, Império Mercantil e Capitalismo Industrial.

Na Região Nordeste, segundo Freitas (1998), o Governo, com o intuito de diminuir a desigualdade existente entre as regiões, criou um órgão chamado Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, que “[...] tinha por função unificar e reestruturar a ação do governo federal garantindo unidade de direção para a promoção do desenvolvimento, atuando com uma industrialização mediante protecionismo” (Freitas, 1998, p. 83). Essa região sempre foi importante pela sua potência na agricultura, e a instalação de indústrias na localidade gerou muitas oportunidades, tanto na geração de rendas, como de novos meios de trabalho. No caso específico da área de estudo, esse processo se deu por etapas.

Na Bahia, a industrialização obteve influências da colonização, segundo Freitas (1998, p.83), através das “[...] estrutura agroexportadora teve a base econômica altamente dependente das exigências externas, produzindo sempre o que era interessante ao seu mais importante consumidor – Portugal [...]”.

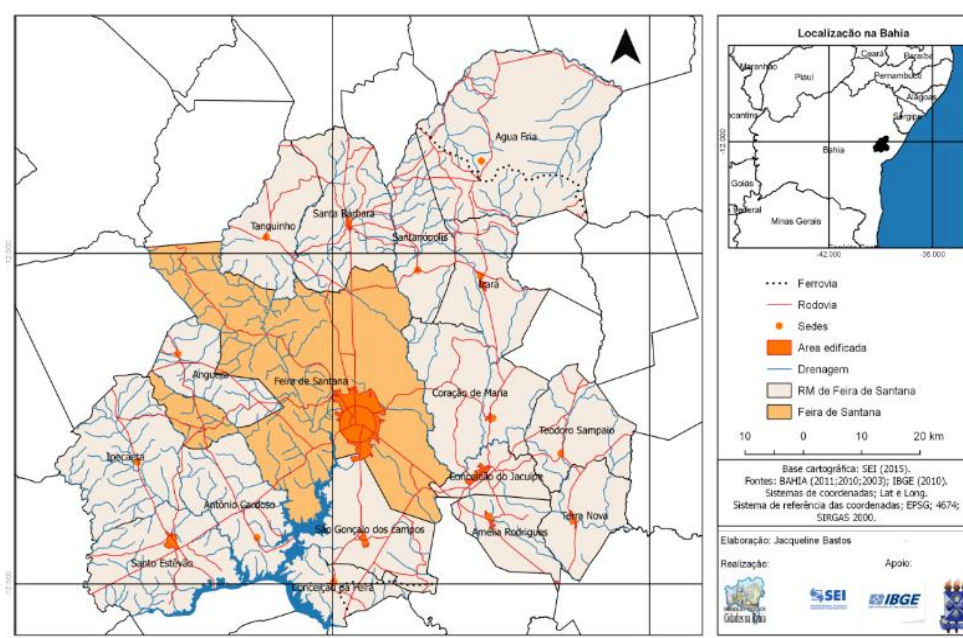
Feira de Santana é o segundo maior município, em população da Bahia. Localiza-se no Território de Identidade Portal do Sertão, que contém 17 municípios (mapa 1). Está entre dois domínios morfoclimáticos, a caatinga e mares de morro, e contém uma população em 2022 de 616.272 mil habitantes, com uma área territorial de 1.304,425 km², uma região plana, de acordo com o IBGE (2024).

O processo industrial na cidade começou a se fortalecer em 1970, quando foi implantado o Centro Industrial do Subaé (CIS), localizado no sul da cidade, no bairro Tomba. As características das indústrias implantadas nesse centro são dos diversos ramos, “[...] metalurgia, alimentício, bebidas, madeira, minerais não metálicos, químico, borracha, etc. [...]” (Freitas, 1998, p.88). No que se trata de geração de empregos e volumes de produção, as empresas são consideradas de médio porte.

Na década de 2000, o CIS atingiu a marca de 350% no seu crescimento econômico e físico, tendo que dividir as localizações das indústrias com os municípios de São Gonçalo e Conceição da Feira. Em 2010, o Centro Industrial do Subaé (CIS) já era considerado um dos três maiores da Bahia, junto com o Polo de Camaçari e o Centro Industrial de Aratu. (FIEB, 2012).

Com o crescimento acelerado do Centro Industrial, em 2010 a administração do CIS, em parceria com a Prefeitura Municipal de Feira de Santana, começou a realizar estudos voltados a escolha de novas áreas para a implantação de um novo Centro Industrial, dado que o CIS se encontrava saturado. Através das pesquisas realizadas, foram definidos dois possíveis locais para o novo centro, sendo eles um terreno às margens da BR-324 e o outro na BR-116 norte, onde seria criado o CIS Norte (FIEB, 2012).

Mapa 1: Localização de Feira de Santana no Portal do Sertão, BAHIA, 2024.



Mapa autoral: Jacqueline Bastos

A escolha pela implantação do CIS Norte na BR-116 norte se deu pelas características ambientais e estratégicas do local, sendo uma área plana, com grande extensão territorial, não tendo que separar o centro em lotes distintos, facilidade de escoamento das produções, além de uma vantagem ambiental que foi descoberta através dos estudos. No local escolhido, as possíveis emissões de poluentes gerados pelas indústrias iriam ser soprados para fora do centro urbano de Feira de Santana (FIEB, 2012).

Para investir na criação do CIS Norte, foram liberados recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A Prefeitura Municipal de Feira de Santana

e a administração do CIS sugeriram fazer parceria com o setor privado, com o intuito de desapropriar áreas estratégicas e assim adquirir áreas para construção (SECRE, 2013).

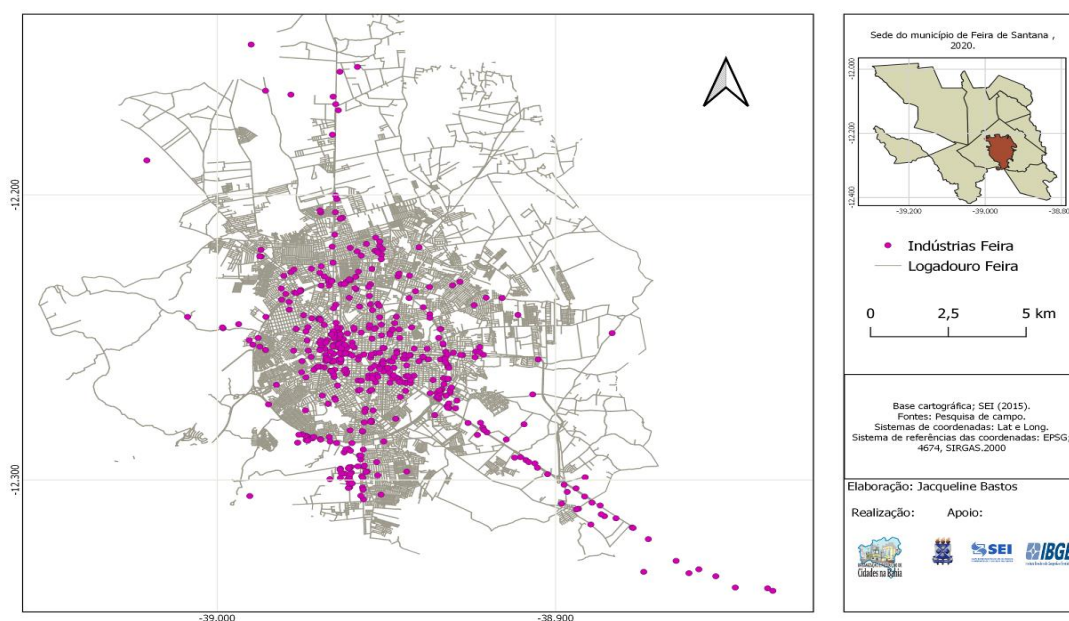
No ano de 2013, foi criada a Lei Complementar nº 75, de 20 de junho de 2013, no título III, Art. 4º e 5º, e tendo como decreto a criação de um novo bairro na cidade de Feira de Santana, sendo esse o CIS Norte, localizado na BR-116 Norte e que abrangia o bairro Novo Horizonte e o Distrito de Maria Quitéria (Feira de Santana, 2013). O documento não deixa explícito o motivo da criação de um novo bairro com a junção de comunidades já existentes, mas foi exatamente nesse local que, em 2011, a administração do CIS e a Prefeitura de Feira de Santana anunciaram a criação de um novo Centro Industrial, contento o mesmo nome, CIS Norte.

Com a duplicação da BR-116 norte, houve maior visibilidade do local e certo interesse por dotar de infraestrutura urbana, por ser uma localidade com uma vasta área rural pouco aproveitada, no âmbito dos interesses do capital produtivo, além de possuir recurso hídrico, uma lagoa. Sendo assim, um local com boa infraestrutura e recursos que suportariam a implantação de um novo Distrito Industrial.

O CIN teve a implantação das suas primeiras indústrias no início da década de 2010, com construções de galpões com pouca infraestrutura, inicialmente. Em 2019, possuía cerca de 8 indústrias e fábricas em funcionamento mais efetivo, além dos galpões que ainda estão em construção, sendo as que possuem mais destaque: B.N Mascarenhas, Incomprel, Avanço Distribuidora e Globalpark, além de construções aceleradas de galpões para instalação de novas fábricas e indústrias na localidade na BR 116 norte, entre a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e o Distrito de Maria Quitéria, então área rural (Bastos, 2020).

Em 2019, Feira de Santana possuía 767 indústrias cadastradas na Federação das indústrias do Estado da Bahia (FIEB). Dentre essas, estão as atividades ligadas a diversos ramos, como alimentício, vestimenta, metalúrgico, construção, instalação e manutenção e outros (mapa 2).

Mapa 2: Indústrias cadastradas na Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) em Feira de Santana, 2023.



Mapa autoral: Jacqueline Bastos

Essas indústrias estão espacializadas por toda a cidade, com grande dispersão dentro do Anel de Contorno e no entorno da parte mais central da área urbana. Todavia, a concentração também ocorre na parte sul, local em que está instalado o CIS, sentido distrito de Humildes, e a Br-324, sentido Conceição do Jacuípe. Nos últimos anos, é notório o aumento na concentração de indústrias instaladas no setor norte, onde está o CIN.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: RECONFIGURAÇÃO INDUSTRIAL

As transformações no modelo de produção industrial tiveram ápice a partir do final da década de 1960, com a crise do modelo fordista de produção, e foram marcadas como uma nova etapa do capitalismo, gerada pelo desequilíbrio na estrutura econômica e política mundial, o que desencadeou novas formas de produção, que afetaram também a atividade industrial, denominada como reestruturação produtiva. Segundo Soja (1993), a reestruturação, de forma mais ampla, seria uma “freada” e/ou ruptura mudando a configuração da vida social, econômica e política.

A reestruturação não é um processo mecânico ou automático, nem tampouco seus resultados e possibilidades potenciais são predeterminados. Em sua hierarquia de manifestações, a reestruturação deve ser considerada originária e reativa a graves choques nas situações e práticas sociais preexistentes, e desencadeadora de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle

das forças que configuram a vida material. Assim, ela implica fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, e uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança (Soja, p. 194, 1993).

Harvey (1992) também afirma que desde o final da década de 1960 e início de 1970, nos países centrais, já haviam indícios que sinalizavam uma possível crise no modo de produção capitalista. Dentre dos inúmeros indícios, o excesso de mercadorias e estoques, assim como a queda na produtividade aumentaram drasticamente. Houve mudanças no modo de vida no pós-guerra, o que influenciou as práticas de controle do trabalho, os hábitos, o uso das tecnologias e as organizações políticas. Dentro desse contexto, surgiram novas formas de lidar com a crise, como a acumulação em maior proporção, em escala global.

A reestruturação produtiva é vista por Benko (1996) como um regime de acumulação flexível, sendo esse um modelo de acumulação do capital que alia os mecanismos de produção e reprodução flexíveis às estratégias fordistas. Esses novos mecanismos não se reduzem apenas à produção imediata, “[...] mas, igualmente, às demais etapas do ciclo de reprodução do capital: circulação, distribuição e consumo”.

Para compreender a passagem das estratégias da acumulação capitalista fordista para produção flexível, é necessário entender como funcionava a estrutura da produção industrial. Segundo Botelho (2000), o fordismo seria as práticas conjuntas de estratégias voltadas para reprodução do capital em grande escala, baseadas nas técnicas, economias, gerenciamento, políticas e sociais que juntas proporcionariam esses resultados.

O fordismo, ao contrário da acumulação flexível, era ligado no desenvolvimento das forças produtivas, voltadas à potencialização máxima da produção em grande escala. Para que esse processo ocorresse, eram necessários investimentos voltados para tecnologia, já o que mesmo intensificava a produção em uma curta escala de tempo. Assim, houve a reinvenção da relação da manufatura com a divisão do trabalho e a produtividade, criada por Henry Ford em 1914.

Com a tecnologia, veio a esteira, a máquina de rolamento que leva a matéria-prima diretamente para o operário ajustar e passar para o próximo passo, que será executado por outro trabalhador. Isso fez com que os mesmos ficassem fixados nos seus postos e exercessem uma única função dentro da indústria. Essas inovações tecnológicas fizeram com que

houvesse a intensificação da divisão do trabalho no interior das fábricas, já que cada trabalhador teria apenas uma única tarefa específica (Botelho, 2000).

Apesar dessa organização industrial aumentar a produtividade do trabalho, através da agilidade das máquinas, o mesmo não se tornou independente das mudanças que poderiam ocorrer durante a produção.

A resistência dos trabalhadores às “técnicas científicas” de organização do processo produtivo se manifesta nas baixas de produtividade observadas nas indústrias, no aumento da taxa de peças defeituosas, na falta de cuidados do trabalhador com a manutenção do capital fixo, na sabotagem, nas paralisações, absenteísmo, alta rotatividade no emprego etc (Botelho, p. 16, 2000).

Assim como houve estratégias para que a acumulação fordista se desenvolvesse, os operários também se organizaram. Com o grande aumento de trabalhadores nas indústrias, houve a maior facilidade para que os mesmos se organizassem.

O ápice da crise do fordismo ocorreu em 1968, marcado pelas mobilizações mais intensas no mundo inteiro, com grandes manifestações pelas ruas, greves de trabalhadores e ocupações das fábricas e indústrias. A luta contra a crise fordista foi assinalada pelas grandes lutas de classes e tinha como foco a recusa da forma de poder e autoritarismo presente dentro das fábricas, além do controle social, através da revolta dos trabalhos contra a gestão fordista (Druck, 1999).

Além da movimentação dos trabalhadores para derrubar a estrutura fordista, o Estado teve sua contribuição para o enfraquecimento da mesma. No final da década de 1970, ações das forças neoliberais modificaram a intervenção do Estado nos domínios econômicos e sociais, com estratégias de privatização e subcontratação do setor público, o que contribuiu para valorização do capital. Os Estados nacionais passaram a se subordinarem aos ditames do capitalismo global, com a organização e estruturação voltadas a atender o mercado financeiro mundial, o que incorreu na maior autonomia do capital e gerou riscos na mesma intensidade dos lucros (Botelho, 2000).

Com as grandes mobilizações contra o fordismo, foi necessária uma nova articulação para o desenvolvimento do modo capitalista de produção. Houve novas medidas entre a quantidade e qualidade, além de estratégias para acumulações, denominadas de produção flexível (Botelho, 2000).

Segundo Harvey (1992), embora tivesse ocorrido grande mudança na aparência superficial do capitalismo a partir de 1973, é importante levar em consideração, também, a possibilidade dessa ascensão de um novo regime de acumulação não ser capaz de conter as contradições do capitalismo da próxima geração, mas apenas uma mudança temporária. Nesse sentido, surgem debates sobre três posições relacionadas a flexibilidade dentro do sistema capitalista atual.

A primeira posição, de acordo com Harvey (1992), traz um debate sobre a influência das novas tecnologias na abertura da possibilidade de uma reconstituição das relações de trabalho e dos sistemas de produção em bases econômicas, geográficas e sociais. Essa posição tem um paralelo com as ações que ocorreram na metade do século passado, quando o capital monopolista expulsou a pequena firma e os inúmeros empreendimento corporativos de pequena escala que possuíam potencial de resolver os problemas da organização industrial.

A segunda posição está relacionada com a ideia da flexibilidade como um “termo extremamente poderoso que legitima um conjunto de práticas políticas”, (Harvey, 1992, p. 178), sendo essas contrárias as pautas dos trabalhadores. Criticam a ideia da flexibilidade na organização do trabalho, nos mercados de trabalho e conclui que a força de trabalho flexível é apenas uma parte ofensiva e ideológica fazendo com que pareçam inevitáveis.

A terceira posição se situa entre os outros dois extremos em relação a transição do fordismo para a acumulação flexível, considerando que a atual conjuntura se caracteriza pela combinação de produção fordista altamente eficiente, a exemplo da que ocorreu com o uso de tecnologias nos carros no EUA, e o de sistemas de produções mais tradicionais, como o da Singapura, que possuem relações de trabalho mais artesanais.

Segundo Harvey (1992), há uma linguagem para tratar sobre esse assunto, sendo essa a “Escola da Regulamentação”, que a trata como a estabilização por um longo período da alocação do produto líquido entre o consumo e acumulação.

Apesar desse sistema particular de acumulação ser coerente, possuem vários impasses em fazer com que o regime de acumulação se mantenha funcionando e agregue todos os agentes político-econômicos, sendo esses trabalhadores industriais ou financistas. Para que isso ocorresse, foi necessária a “[...] materialização do regime de acumulação, que toma a forma de normas, hábitos, leis, redes de regulamentação etc”. Essas regras e processos sociais interiorizados têm o nome de modo de regulamentação (Harvey, 1992).

De acordo Harvey (1992), há duas amplas dificuldades num sistema econômico capitalista, e são necessárias negociações com sucesso para que o sistema permaneça viável. A primeira trata das qualidades anárquicas dos mercados e fixação de preços, e a segunda está relacionada a necessidade de exercer suficiente controle sobre o emprego da força de trabalho para que consiga garantir adição de valores nas produções, o que gera lucros positivos para mais capitalistas. Ocorrem, também, intervenções no mercado, mesmo essas não sendo suficientes, com intuito de coordenar as decisões de produção como as necessidades, vontades e desejos dos consumidores, denominada de “mão invisível” do mercado, de Adam Smith.

A regulamentação e a intervenção do Estado são necessárias para compensar as falhas do mercado, tais como:

[...] danos inestimáveis ao ambiente natural e social, evitar excessivas concentrações de poder de mercado ou combater o abuso do privilegio do monopólio quando este não pode ser evitado (em campos como transportes e comunicações), fornecer bens coletivos (defesa, educação, infraestruturas sociais e físicas) que não podem ser produzidos e vendidos pelo mercado e impedir falhas descontroladas decorrentes de surtos especulativos, sinais de mercado aberrantes e o intercâmbio potencialmente negativo entre expectativas dos empreendedores e sinais de mercado (o problema das profecias autorrealizadas no desempenho do mercado) (Harvey, 1992, p.118).

Essas pressões coletivas podem ocorrer através do Estado ou por outras instituições, sejam elas religiosas, políticas, sindicais, patronais ou culturais, que afetam diretamente a dinâmica do capitalismo. As pressões podem ser diretas através do controle dos preços e salários, ou indiretas como as propagandas que induzem novos conceitos, necessidades e desejos básicos na vida da sociedade.

Nesse sentido, o pensamento da “Escola da Regulamentação”, segundo Harvey (1992), leva em consideração um conjunto total de relações e arranjos que contribuem para a estabilização do crescimento do produto e da distribuição de renda e consumo num local particular num determinado período histórico.

Nesse sentido, Dedecca (1996) relata que o objetivo do Estado tem sido o de menor intervenção do setor público nas relações econômicas e sociais, e considera lógicas de apoio a expansão neoliberal que contêm alguns objetivos internos:

(I). romper o processo de concorrência entre os setores público e privado pela repartição da poupança existente, que expressa uma crescente disfunção do gasto

público e um encarecimento dos investimentos do setor privado provocado pelo aumento sistemático da remuneração (taxa de juros) dos títulos públicos; (II). contrair os gastos públicos no sentido de permitir uma redução dos custos salariais indiretos do setor privado; (III). reduzir a regulação pública sobre as relações de trabalho para que as empresas possam restabelecê-las em bases mais compatíveis com a nova situação econômica (Dedecca, *idem*, p. 57):

A partir de então, começou a ocorrer resistências, com cunho político de manifesto, que não se limitaram ao espaço industrial, mas sim a vários setores da sociedade, com ênfase nos estudantes. Esses “[...] questionam este ‘modo americano de viver’, questionam as formas de uso social de seu saber, de suas qualificações {...}” (Druck, 1999, p. 38). Segundo o autor, esse modo de viver não dominava somente o trabalho, mas também o não trabalho.

Para Botelho (2000), a produção flexível é um conjunto de novas estratégias de produção e reprodução do valor, esse sendo em todas as escalas e níveis econômicos, devido à crise do capitalismo na década de 1970. O novo modelo de estruturação do capital varia de acordo com a sociedade que a reproduz e não há uma fórmula concreta de como avaliar a acumulação flexível (Botelho, 2000).

Com essa forma de organização, foram geradas conexões entre empresas e isso favoreceu que houvesse a concentração espacial das mesmas, o que constituíram as grandes “economias de aglomeração”, sendo a substituição das “economias de escala”, que ocorriam no fordismo (Botelho, 2000).

Para Benko:

A aglomeração geográfica das indústrias e a divisão social do trabalho se fortificam mutuamente no espaço e no tempo pela redução dos custos transacionais externos das firmas, e esta conduz a uma aglomeração densa por causa da proliferação das conexões interempresas (Benko, p.144, 1996).

Com a reestruturação produtiva, a localização industrial passa a ter grande importância para a atração dos investidores. Há a expansão das atividades industriais para áreas antes marginalizadas ou, segundo Botelho (2000), subtilizadas no processo de acumulação capitalista.

A escolha dos locais de instalações das indústrias passou a ser influenciada pelos diferentes benefícios, como incentivos fiscais, mão-de-obra mais barata, menor tradição

sindical, fragilidade da legislação trabalhista e/ou ambiental: ou seja, procuram-se locais em que haja a menor resistência por parte dos trabalhadores e poder público (Botelho, 2000).

De acordo com Santos (2008), o processo de reestruturação produtiva provocou, também, modificações na urbanização, o que gerou alterações nos papéis que as cidades anteriormente desempenhavam na rede urbana. E acarretou a reestruturação da própria rede urbana, pois as cidades agora exerciam uma nova organização, sendo o “[...] produto e determinante do regime de acumulação flexível” (Santos, p. 64, 2008). Segundo o mesmo autor, está claro que a reestruturação produtiva provocou a criação de novas relações tempo-espaço, no que se refere ao espaço intraurbano das metrópoles, cidades médias e cidades pequenas, sendo notórias as mudanças geradas na contemporaneidade, que influenciam diretamente a reprodução da vida cotidiana.

Para Botelho (2000), a partir de 1990 começou a acontecer a modernização numa parcela das indústrias brasileiras devido às transformações na política econômica voltada às indústrias, que ocorreram nos governos federais ao longo das últimas décadas que antecederam. Esse autor afirma que essas mudanças ocasionaram grandes impactos nas empresas de médio e pequeno porte, que se viram obrigadas a fecharem às portas por não conseguirem se enquadrar financeiramente nessa modernização. A classe trabalhadora também foi afetada diretamente e em grande escala, advindo redução sistemática dos postos de trabalho e a deterioração das relações trabalhistas.

Botelho (2000, p.57):

A implantação das atividades econômicas no território passa a depender cada vez mais da disputa pelo controle do fundo público, na medida em que o Estado, mediante concessões fiscais às grandes empresas, pode interferir ativamente na localização destas em seu território.

Nessa mesma perspectiva, Gonçalves (2010) relata que houve ampla remodelação da gestão e do processo produtivo, assim como das formas de emprego e das técnicas utilizadas, e aumento a exploração da força de trabalho. Foi através desse processo que proliferam o subemprego, o trabalho precário e o informal, que levaram a classe trabalhadora a buscar novas formas de sobrevivência numa era tecnológica do capital global.

Alves (2000) relata que a precarização do trabalho nesse momento se torna o elemento decisivo na desestabilização social emerge com a reestruturação produtiva do capital e a

constituição do Estado neoliberal. Nesse sentido, ocorre a perda na qualidade do emprego e o aumento do desemprego no cenário mundial, tendo como principais consequências a exclusão social, crises econômicas e políticas, podendo ser denominada como a crise do capitalismo.

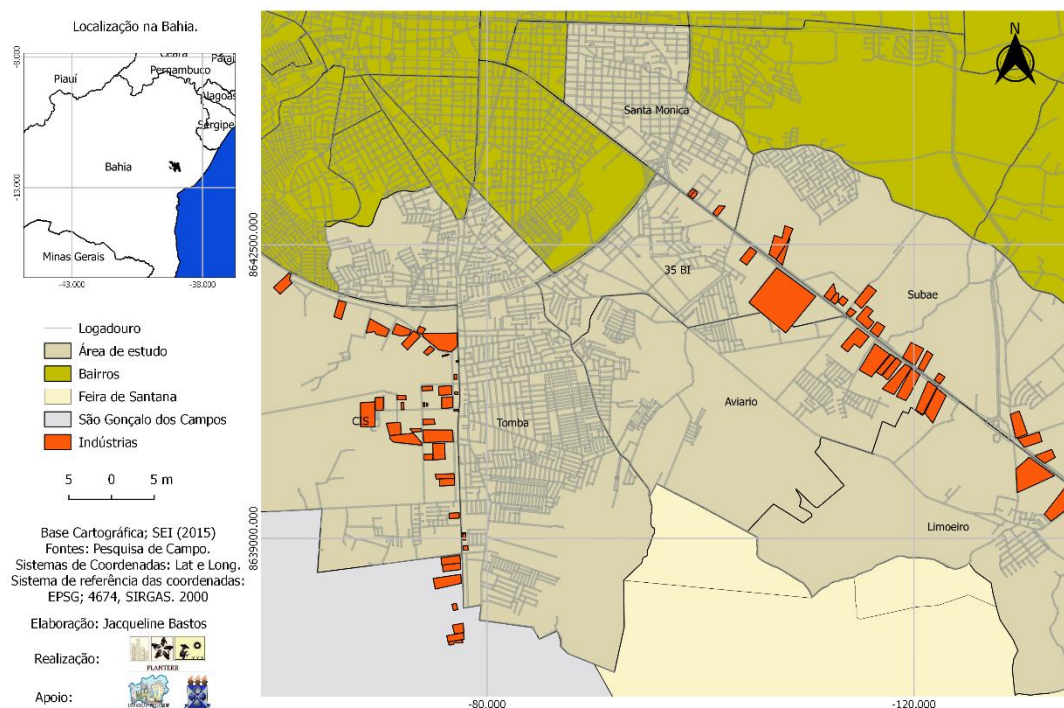
Sendo assim, a reestruturação produtiva está diretamente ligada as mudanças nas práticas e formas de produções capitalistas do mundo moderno, aperfeiçoando as técnicas e modo de trabalho. Assim como mudanças na lógica das localizações industriais que passaram a buscar novas estratégias de produção afetando diretamente na organização do espaço industrial, com instalações em áreas que fossem mais atrativas e vantajosas.

Feira de Santana já possui um setor industrial fortalecido desde a implantação do CIS em 1970, porém na última década é visível um esforço do poder municipal em expandir e criar novas áreas industriais. O CIS norte que atualmente é o maior bairro da cidade em extensão territorial, o CIS BR-324 e o CIS Tomba foram definidos como áreas de expansão urbana com predominância do setor industrial através de Leis Complementares instituídas pelo município. O que prova que há uma intenção do poder municipal em expandir as produções voltadas ao setor industrial.

A reconfiguração industrial na cidade de Feira de Santana pode ser vista através da instalação de indústrias em áreas estratégicas e com grande fluxo de mercadorias, pessoas e capital, sendo as rodovias federais e estaduais; BR-324, BR-116 e BA-502.

Atualmente, foram identificadas através de análise de imagem de satélite e vetorização noventa e oito indústrias instaladas ao longo das BR 324 e BA 502, e é possível verificar indústrias de diversos tamanhos e níveis comerciais, que podem ser caracterizadas como empresas de pequeno porte, com galpões menores e abrangência local e/ou regional; médio porte, com infraestrutura mais desenvolvida e atuação em nível nacional; e de grande porte, que são as grandes indústrias transnacionais.

Mapa 3: Expansão Industrial nas BR-324 E BA-502 da cidade de Feira de Santana, 2024.



Mapa autoral: Jacqueline Bastos

Ocorre grande aglomeração de indústrias na BA-502, principalmente na área delimitada do CIS. Ao longo da rodovia, essas indústrias se estendem e ultrapassam o limite municipal de Feira de Santana, em direção à São Gonçalo dos Campos, a exemplo da Gujão Alimentos. As indústrias com maiores portes estão localizadas na BR-324, com destaque para Pirelli, que possui o triplo do tamanho de muitas indústrias que estão instaladas na mesma rodovia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório que o município de Feira de Santana possui uma importância econômica em relação ao ramo industrial, sobretudo no Centro Industrial Subaé (CIS). Todavia, com seu crescimento, foi necessário expandir essa atividade para outras áreas da cidade, onde estão localizados a BA-502 e BR-324. Em relação a motivação que os representantes das indústrias tiveram para escolher tal área como a ideal para implantar sua unidade produtiva, os mesmos relataram que o motivo principal que os levou a instalar seus empreendimentos nesse local em

específico foi a localização, sendo de total importância como facilitador do escoamento dos produtos.

Outro fator de importância foi o incentivo municipal, porque houve para a criação de um novo Centro Industrial, sendo firmado com as Leis complementares de nº 75, de 20 de junho de 2013, no título III, Art. 4º e 5º, e a Lei complementar Nº 86/2014, que criou novas áreas industriais, que abarca exatamente o local onde estão instalados as indústrias da BR-324, e a de ordenação do uso e ocupação do solo, que delimitou essa área como industrial, respectivamente, assim como a Lei Complementar nº 118, de 20 de dezembro de 2018, que instituiu a Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo (LOUOS), na Área Urbana e de Expansão Urbana do Município, no qual estão inclusas a Zona 08 – CIS Tomba; Zona 09 – CIS BR-324; e a Zona 10 – CIS BR-116 norte, que delimita esses locais como áreas de expansão urbana com predominância do setor industrial.

Ao analisar os equipamentos e estabelecimentos instalados na BA-502, é notória a diferença no interesse de instalações de empreendimentos, em comparação com a BR-324. Isso ocorre por conta da maior visibilidade e fluxo existente na rodovia que liga o município de Feira de Santana a capital, Salvador, e mostra como o CIS de hoje não possui a mesma influência na expansão de empreendimentos comerciais públicos e privados, como na nova área de desenvolvimento industrial ao longo da BR-324. Em contrapartida, o sul da cidade, local onde está o CIS tem sido um local de grande atrativo para investimento do setor imobiliário, com construções de grandes condomínios e vendas de loteamentos.

A lógica retratada por Botelho (2000) sobre reestruturação industrial que busca locais estratégicos para implantar suas indústrias, visando sempre benefícios ocorre em Feira de Santana, principalmente pela facilidade de escoamento de mercadorias pela localização privilegiada do município e facilidade de mão de obra qualificada, sendo um claro reflexo da reestruturação produtiva.

5. REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni (2000). O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo, Editora Boitempo.

- BASTOS, J. de J. A implantação do Centro Industrial Norte (CIN) em Feira de Santana e sua importância atual para a dinâmica econômica do município. Feira de Santana: DCHF, 2020 (Relatório Final de Iniciação Científica)
- BECKER, B. K., C.A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia mundo**. 3ef. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BENKO, G. Economia espaço e globalização na aurora do século XXI. São Paulo: HUCITEC, 1996. 266p.
- BOTELHO, Adriano. **Do Fordismo à produção flexível: a produção do espaço num contexto de mudança das estratégias de acumulação do capital**. 2000. 148 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), São Paulo, 2000. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponivel/8/8136/tde-22052003-224444/>. Acesso em: 20 de mai. 2024.
- CARLOS, Ana Fani. **Espaço e indústria**. São Paulo, 70p. 2000.
- Centro Industrial do Subaé cresce e define novas áreas, diz governo. (7 de março. 2012). Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), Notícias. Recuperado de <http://www.fieb.org.br/Noticia/685/centro-industrial-do-subae-cresce-e-define-novas-areas-diz-governo-.aspx>
- nº 118, de 20 de dezembro de 2018. Institui a Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo - LOUOS, na Área Urbana e de Expansão Urbana do Município de Feira de Santana, Revogando-se as seguintes Leis: Lei Nº 1.615/1992, Lei Nº 2.328/2002, Lei Nº 3.485/2014, Lei Complementar Nº 086/2014, Lei Complementar Nº 098/2015, e dá Outras Providências. Feira de Santana, BA: PMFS [2019]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/f/feira-de-santana/lei-complementar/2018/12/118/lei-complementar-n-118-2018-institui-a-lei-de-ordenamento-do-uso-e-da-ocupacao-do-solo-louos-na-area-urbana-e-de-expansao-urbana-do-municipio-de-feira-de-santana-revogando-se-as-seguintes-leis-lei-n-o-1615-1992-lei-n-2328-2002-lei-n-3485-2014-lei-complementar-n-086-2014-lei-complementar-n-098-2015-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- FREITAS, N. B. **Urbanização em Feira de Santana**: influência da industrialização 1970-1996. 1998. 182 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Bahia, Salvador. 1998.
- HARVEY, D. **A Condição Pós-moderna** – São Paulo: Edições Layola, 1992.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso: 05 mar, 2023
- JAPIASSÚ, L. A. T; LINS, R. D. B. As diferentes formas de expansão urbana. Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, v. 02, n. 13, pp. 15-25, Alagoas, 2014.
- KON, Anita. Economia Industrial. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- MENDES, José Amado. Industrialização e patrimônio industrial: Desenvolvimento e cultura. In: VIII CURSO DE VERÃO DA ERICEIRA, 8., Portugal. 2006. 12f: Faculdade de Letras de Coimbra, Portugal, 2006.
- SANTOS, JANIO; A Cidade Poli(multi)nucleada: A Reestruturação do Espaço Urbano em Salvador ISBN: 9788523211349. 1. ed. Salvador/Vitória da Conquista: EDUFBA/edições UESB, 2013. v. 1. 370p.

SOJA, E. W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1993, 223 p.

POMPONET, André Duplicação da ba-502 é essencial para conter mortes. (27 de junho. 2019). Tribuna feirense, Notícias. Recuperado de <http://tribunafeirense.com.br/noticias/34386/duplicacao-da-ba-502-e-essencial-para-conter-mortes>.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. 14^a ed. São Paulo: Contexto, 1999.

Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana (UNEF) (2023), Notícias. Recuperado de <https://unef.edu.br/institucional/>.